



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

RIOS DE RONDÔNIA : JAZIDAS DE MEGAWATTS E EXPROPRIAÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL

Arsênio Oswaldo Sevá Filho (FEM-UNICAMP) - seva@fem.unicamp.br
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4781582H5>

Renata da Silva Nobrega (IFCH-Unicamp) - rsnobrega@gmail.com
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4778983D6>

Luis Fernando Novoa Garzon (UNIR-IPPUR-UFRJ) - l.novoa@uol.com.br
<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4797487J5>

Introdução

Até a década de 1960, os rios da Amazônia brasileira eram considerados como as mais importantes, e muitas vezes as únicas, vias de comunicação dos seus habitantes com o restante do país e do mundo. Seus peixes e outros animais aquáticos – tartarugas, peixes-boi, jacarés - se constituíam na principal fonte acessível de proteínas para os moradores próximos.

Isso vem se alterando desde os mais tristes anos da história recente desse país, o tempo da ditadura capitalista aliada aos latifundiários e saudosos do escravagismo, sob a tutela dos oficiais militares que deram os golpes de Estado em 1964 e 1968. A ordem deles na Amazônia foi “integrar para não entregar”. Aos seus aliados, em particular os empreiteiros e industriais que ajudaram a financiar a repressão sobre os opositores e as lideranças populares, foi dada a recompensa de abrir minas e montar garimpos muito rentáveis, construir as longas estradas amazônicas, pilhando as melhores madeiras de lei, e ...fazer as primeiras usinas hidrelétricas. Tudo com o polpudo auxílio dos “incentivos fiscais”, (abatimentos e reduções de impostos) e de agências federais e governos estaduais cedendo serviços e terras públicas para diminuir os custos de tais investimentos.

Considerada como a 1ª. hidrelétrica na Amazônia brasileira, começou a operar em janeiro de 1976 no rio Araguari, Amapá, a usina do Paredão, da estatal Eletronorte inundando cerca de 2.300 hectares. Teve como finalidade garantir a eletricidade para a exportação de manganês (Serra do Navio - Porto Santana), explorado pela Icomi, uma sociedade entre o capitalista brasileiro Antunes, de MG, e a norte-americana Bethlehem Steel. Atualmente denominada “Usina Coaracy Nunes”, sua potência de 78.000 kilowatts (kW), ajuda no suprimento da capital estadual Macapá,

Na mesma época, foi construída uma usina no rio Curuá-Una, alagando cerca de 8.000 hectares, para abastecer Santarém, no Pará. Hoje, com 30.000 kW instalados, ainda não garante o fornecimento seguro para aquela importante cidade com mais de 270 mil habitantes.

Naquele tempo de pioneirismo, todas as cidades amazônicas, incluindo as capitais estaduais dependiam de usinas termelétricas queimando óleo grosso em caldeiras e óleo diesel em motores. Hoje algumas regiões da Amazônia já estão conectadas ao

Sistema Nacional Interligado, algumas hidrelétricas de grande porte operam e outras estão em fase de construção, como veremos adiante. (ref. BERMANN e outros, 2010)

1. Amazônia e seus rios como fontes de lucros para o capital global

Parece vitoriosa a dinâmica capitalista que pretende transformar todos os rios em fontes de eletricidade e de duradouros lucros. Essa transformação não é algo natural, pois é autoritária: decidem fazê-la mesmo que muitas pessoas discordem disso, mesmo que moradores e usuários mais antigos dos rios e das terras ribeirinhas sejam expulsos e, na maioria das vezes se tornem verdadeiros “refugiados de guerra”ⁱ.

Isto continuou ocorrendo nos últimos oito anos, durante o período de um governo considerado mais afinado com os problemas sociais do que os governos anteriores. Um governo que está sim a concretizar os impulsos dos verdadeiros comandantes da acumulação do capital global. Ei-los: empresários e banqueiros de todo o mundo, sucessores do “cartel elétrico” que se formou desde o século XIX, no início dessa poderosa indústria, mais os fabricantes de grandes equipamentos elétricos e mecânicos, mais as fábricas de metais que consomem muita energia e em especial, muita eletricidade na sua fabricação, como o alumínio, o cobre, o níquel, o estanho. Todos eles definiram que “o que interessa” na Amazônia são as jazidas de minérios valiosos - e que se tornam raros em outras regiões do mundo - e as *jazidas de energia elétrica*.

Sua ambição é medida em “Megawatts” (MW), uma unidade física que significa “mil kilowatts”: as suas pirâmides projetadas três mil anos depois dos faraós do Egito, são dimensionadas, cada uma delas, para instalar uma potencia elétrica extraordinária: centenas ou até milhares de MW em cada hidrelétrica monumental. A hidroeletricidade é um assunto ao mesmo tempo técnico, humano, político e geográfico, portanto os leitores devem ser informados também sobre os demais aspectos do problema.

Podemos chamar os rios e as terras ribeirinhas de “jazidas” porque essa é a lógica da engenharia hidrelétrica: o aproveitamento da energia contida na vazão de água, na correnteza, quando escorre ou despenca pelos desníveis do relevo em cada trecho de rio. A indústria hidrelétrica concretiza o aproveitamento da energia garantida pela altura das quedas d’água existentes na natureza (os saltos, as corredeiras, as

cachoeiras) ou então... pela altura das quedas artificiais, aqueles grandes paredões construídos de rochas e concreto: as *barragens*. A força da correnteza e o peso de uma parte daquela massa de água são então conduzidas para dentro da “*Casa de Força*”, movimentando as turbinas que estão acopladas a geradores que produzem a corrente elétrica. (SEVA, 2008).

Atualmente os maiores grupos turbo - geradores fabricados tem potencia de centenas de milhares de kW cada um, e as maiores usinas tem potencias de alguns milhões de kW, instalando alguns desses grupos, com turbinas que engolem milhões de litros de água por segundo, após despencarem de alturas de queda chegam a dezenas de metros.

Os rios tem comportamento cíclico, enchendo e esvaziando uma vez por ano, o que coloca um problema para os donos das usinas e para os usuários da eletricidade: o ideal seria garantir uma certa continuidade no fornecimento de eletricidade ao longo dos dias e dos meses. Por outro lado, os consumidores de eletricidade também tem um comportamento muito variável, ligando e desligando equipamentos, consumindo mais em certas horas e em certas épocas do ano e menos em outras. Aí entram as *represas*: quanto maior o armazenamento de água, maior a jazida, maior a chance de garantir o fornecimento de eletricidade nas épocas de menos chuva, maior a chance de guardar água nos períodos em que os consumidores demandam menos energia.

Os rios começam pequenos, no alto das serras e das chapadas e vão sendo engrossados pelas águas das chuvas que caem nas terras ao longo de todo o seu percurso. Cada rio é um rio, cada bacia é uma bacia, e além dos moradores e dos peixes que sabem muito bem disso, o assunto é meticulosamente estudado pelos engenheiros civis e eletricitistas, na busca das muitas jazidas de energia que ainda existem.

As diferenciações geográficas citadas a seguir nos ajudam a entender que nem todos os trechos de todos esses rios podem ser vistos como jazidas com a mesma importância. As maiores jazidas de Megawatts são aquelas nas quais podem ser instaladas as maiores potencias elétricas; são as que ficam nos últimos degraus rochosos do planalto, onde os grandes rios já estão formados, com grandes vazões de água.

Vários dos grandes rios da bacia amazônica começam na Cordilheira dos Andes e em serras próximas, em altitudes de dois mil metros ou mais, podendo ser

alimentados, além das chuvas fartas, também pelo degelo das neves, que ocorre na primavera nas regiões andinas: o Purus, o Juruá, o Javari, o Ucayali, o Urubamba e o Marañon, formadores do Amazonas, o Napo, o Putumayo, o Içá, o Caquetá. Na margem esquerda fica o segundo maior afluente do Amazonas, o rio Negro cujos formadores começam nos Andes e no maciço das Guianas, por exemplo o Uaupés, entre a Colômbia e o Brasil, o Uraricoera, o Mucajaí, o Branco em Roraima.

Quase todos os rios mencionados descem abruptamente das montanhas, recolhem grandes vazões de água e depois se espraiam na grande planície aluvionar do centro do continente, onde o relevo praticamente não mostra desníveis. Portanto, a construção de hidrelétricas só é possível nos trechos entre as cumeeiras serranas e essa grande planície; mas, mesmo as corredeiras com pouca queda e vazões elevadas já foram um dia “inventariadas” pela indústria elétrica.

Os rios exclusivamente brasileiros da margem esquerda do Amazonas - desde o Uatumã, AM, onde foi feita a usina Balbina, alagando quase 250 mil hectares, com potencia de 215 MW (atualmente pertence à Manaus Energia, filial da Eletronorte), até o Estado do Amapá - começam no maciço das Guianas, também descem rápidos, mas são bem mais curtos; em todos eles existem projetos de hidrelétricas, por exemplo, na Cachoeira Porteira do rio Trombetas, anunciado há quase trinta anos e que teve uma forte resistência dos quilombos da região; na cachoeira Santo Antonio do rio Jari, AP, cujo aproveitamento foi licitado pela agencia ANEEL em 2010, mas ...não houve concorrentes.

Na margem direita do Amazonas desemboca o maior de todos seus afluentes: o rio Madeira, um caso especial, pois é alimentado pelos rios Grande/Beni e Madre de Diós que vem dos Andes bolivianos e peruanos, e por rios menores que descem dos prolongamentos do Planalto Central brasileiro: o rio Guaporé, o Jamari, onde foi construída pela Eletronorte a usina Samuel, com 215 MW e alagando 64.500 hectares, o Ji-Paraná ou Machado, o Aripuanã.

Esses rios e o próprio Madeira cruzam longos trechos sobre planaltos, e os seus últimos “degraus” antes de caírem na planície amazônica ficam localizados justamente na parte Leste da Bolívia (p.ex. a Cachuela Esperanza, que já está no alvo dos projetistas barrageiros), em Rondônia (no rio Madeira, as corredeiras de Ribeirão, também no alvo, a de Jirau, que vai sendo sepultada pelas obras da grande usina em construção, a cachoeira Teotônio e a última, a de Santo Antonio, perto de Porto Velho, que desaparecerão sob a outra grande usina; a cachoeira Tabajara no rio Machado,

também já marcada para desaparecer) (ref. MORET, 2000 e NOBREGA, 2008); e ainda, no noroeste de Mato Grosso, os saltos de Andorinhas e Dardanelos, do rio Aripuanã, recentemente riscados do mapa por novas hidrelétricas.

Na continuação dessa mesma região alta – o Planalto brasileiro e o seu cerrado que ainda resiste ao assédio do soja, do pasto e da cana de açúcar - nascem e se formam os rios Juruena e Teles Pires/ São Manuel, que depois formam o Tapajós; e mais a leste, o Culuene, o Curisevo e outros formadores do Xingu, bem como os rios formadores do Araguaia e do Tocantins. Todos eles começam em altitudes próximas de mil metros e descem encachoeirados ou com longos terchos de arquipélagos e corredeiras rochosas, até atingir os últimos degraus do Planalto Central.

Os mais importantes desses últimos degraus são: o trecho encachoeirado do Tapajós entre Jacareacanga e Itaituba, PA, e que termina com a espetacular Cachoeira de São Luis, que já está na mira dos projetos mirabolantes da empresa EPE, do Ministério de Minas e Energia; o monumental trecho de cento e cinquenta km encachoeirados da Volta Grande do Xingu, próximo de Altamira, PA, onde há quase trinta anos o governo federal tenta implantar a usina de Kararao, agora chamada Belo Monte. (ref. SANTOS e ANDRADE, 1988, SEVA(org.), 2005)

O rio Araguaia que corre quase todo em uma longa planície, tem alguns projetos de barramento desde a sua primeira cachoeira, Couto de Magalhães até a sua foz no Tocantins, mas nenhum ainda foi concretizado, embora vários de seus afluentes já tenham sido “aproveitados”.

O rio Tocantins, que nasce perto de Brasília e termina no rio Pará, em Belém, PA, já foi barrado em seis trechos (Serra da Mesa e Canabrava, GO, Peixe-Angical, São Salvador e Lajeado, TO).

O surto barrageiro do Tocantins começou na época da ditadura militar, com a construção da usina de Tucuruí, no Pará, sepultando as corredeiras da Taboca e o ultimo trecho encachoeirado do rio. A primeira etapa entrou em operação em 1984 e desde então Tucuruí continua em obras de ampliação, até hoje. Uma segunda etapa, com uma segunda casa de força, começou a ser “motorizada” em 2002; com as duas casas de força, a usina atinge hoje a potencia de 7.700 MW, alagando mais de 280 mil hectares.

Uma análise detalhada da destinação da eletricidade de Tucuruíⁱⁱ, feita em 2003 pelos engenheiros eletricitas Rubens Araujo e André Saraiva de Paula demonstra

que, apesar de algum despacho de eletricidade para os sistemas do nordeste e do Brasil central, a finalidade da usina paraense de fato foi atender ao enorme consumo de eletricidade nas atividades da mineração em Carajás e na fabricação de metais para exportação em algumas grandes fábricas nos estados do Pará e do Maranhão. (ref. ARAUJO, PAULA e SEVA, 2005).

2. Conflitos sociais e a expansão hidrelétrica em Rondônia

Em meados dos anos 2000, a polêmica envolvendo a construção das hidrelétricas do Rio Madeira projetou Rondônia na cena pública nacional e internacional, diante do tamanho deste importante afluente do rio Amazonas, das obras propostas e dos prejuízos sociais e ambientais previstos. Mas pelo menos desde a década de 1980, com a construção da Usina Hidrelétrica Samuel no rio Jamari, os conflitos sociais têm marcado a expansão hidrelétrica em Rondônia, estando presentes nos mega-projetos do Rio Machado e também em empreendimentos de menor porte, como as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs).

2.1 Usina Samuel: três décadas de pendências

A Usina Samuel foi a primeira grande hidrelétrica instalada em Rondônia e seu projeto foi elaborado e executado durante a ditadura militar, sem qualquer participação popular ou consulta aos atingidos. Quando suas obras foram iniciadas, em 1982, pouco se sabia sobre as conseqüências das barragens em Rondôniaⁱⁱⁱ. Os atingidos, em geral, esperavam ser indenizados adequadamente pela ELETRONORTE e não realizaram, num primeiro momento, um enfrentamento organizado, que se deu posteriormente, durante o processo de deslocamento compulsório (FOSCHIARA, 2009, 245).

Não há uma estimativa confiável do número de famílias atingidas pela Usina Samuel. Não se sabe quantas ficaram fora do levantamento oficial, pois há quem tenha se deslocado antes das obras começarem e há famílias que não foram consideradas como atingidas para fins de indenização e/ou relocação e se dirigiram para a periferia de Porto Velho, por conta própria. Do acordo negociado com os atingidos, pouco foi cumprido. As estradas foram abertas, mas não se garantiu sua conservação e na época das chuvas, ficavam intransitáveis; a maioria dos lotes rurais tinha um tamanho inferior ao antigo e não tinham benfeitorias; e as indenizações – em baixo valor – foram pagas em duas parcelas. De acordo com os moradores, a ELETRONORTE proibiu, dois anos antes do deslocamento, o plantio de qualquer tipo

de lavoura perene ou de raiz, o que reduziu a quantidade de benfeitorias identificadas quando a empresa realizou o levantamento para fins de indenização (BASSEGIO & PERDIGÃO, 1992, 205). Nos relatos dos atingidos, são recorrentes as histórias de mudanças repentinas, sem tempo para organizar os pertences e o choque ao chegar ao novo lugar de moradia.

Quase trinta anos depois dos primeiros deslocamentos compulsórios, a situação de muitos atingidos pela Usina Samuel continua pendente. Enquanto os atingidos denunciam a violência da expropriação a que foram submetidos, a ELETRONORTE se esforça para omitir esta violência e apresentar a transformação compulsória dos meios e modos de vida dos atingidos como algo positivo, indutor de “desenvolvimento local”. A empresa parece ter optado por uma estratégia de dissimulação dos prejuízos causados pela barragem, especialmente do processo de expropriação das famílias atingidas. Para a ELETRONORTE, os problemas decorrentes do deslocamento dos atingidos foram sanados no passado, justificando, assim, sua recusa para retomar a negociação das compensações com os atingidos.

A permanência dos conflitos sociais relacionados à construção da Usina Samuel evidencia-se na organização e mobilização dos atingidos em torno do Movimento de Atingidos por Barragem (MAB), que até hoje reivindica soluções para o passivo social e ambiental provocado por esta obra.

2.2 Rio Machado ameaçado

Desde a década de 1980, o rio Machado tem sido alvo da ofensiva barrageira, até agora, mal-sucedida em sua empreitada. O arranjo original dos projetos hidrelétricos do rio Machado previa dois eixos de barramento: a Usina Ji-Paraná e a Usina Tabajara (com reservatório de 95.700 ha e 520 MW de potência, e 67.000 ha e 765 MW, respectivamente). Estes projetos enfrentaram intensa resistência popular, envolvendo os sindicatos rurais e urbanos, movimentos de trabalhadores rurais sem-terra, movimento negro, igrejas, pastorais sociais, organizações indigenistas e ambientalistas, entre outros, com destaque para a luta dos povos indígenas Arara e Gavião^{iv}.

Suspensos em 1993, os projetos hidrelétricos para o rio Machado foram retomados em 2005, com uma reavaliação dos estudos de inventário, numa parceria entre ELETRONORTE, FURNAS e a Construtora Queiroz Galvão, ressuscitando a Usina Tabajara. Um rearranjo do projeto original reduziu a área de alagamento para

128,8 km² e a potência prevista para 350 MW. A sede da usina projetada é Machadinho D'Oeste, uma das fronteiras em expansão em Rondônia, presente nas listas de campeões de desmatamento. De acordo com os proponentes, a nova configuração do projeto da Usina Tabajara não apresenta prejuízos para a Reserva Biológica do Jaru nem para a Terra Indígena Igarapé Lourdes, que foram sérios obstáculos à execução dos projetos na década de 80.

Se o novo projeto da Usina Tabajara livrou os Arara e os Gavião da ameaça de terem suas terras inundadas, o mesmo não acontece com os Tenharim, cujos territórios, inclusive as áreas não demarcadas, estão ameaçados. A área de inundação mais próxima dista 740 m dos limites da T.I. Tenharim-Marmelos e se reconhece o risco de extinção dos *índios* isolados Kagwahiva e dos *índios* isolados do Madeirinha (THEMAG, 2007, 28).

O pedido de abertura do processo de licenciamento ambiental da Usina Tabajara se deu em 2007, mas até dezembro de 2010 encontrava-se suspenso a pedido do Instituto Chico Mendes, uma vez que atinge o recém-criado Parque Nacional dos Campos Amazônicos^v. Nos bastidores, sob intensa pressão de políticos locais, com destaque para o senador Valdir Raupp e a deputada federal Marinha Raupp, tem sido costurado um acordo para ampliação do parque, de modo a compensar os prejuízos causados pela barragem. Com apoio da Casa Civil, o projeto foi incluído na segunda etapa do Programa de Aceleração de Crescimento e já há uma intensa propaganda do “desenvolvimento” que a Usina Tabajara trará a Machadinho D'Oeste, incluindo “audiências públicas” que, ao invés de debater o projeto, adotam uma estratégia de mera legitimação de uma decisão tomada a priori.

Enquanto isso, mais uma vez, os Arara e os Gavião estão articulando a resistência contra este projeto, buscando criar alianças e envolver outros setores da sociedade e os “novos” grupos ameaçados, como os Tenharim, a fim de enterrar, de uma vez por todas, a ameaça contra o rio Machado.

2.3 Tamanho é documento?

Se os projetos das usinas Ji-Paraná e Tabajara até agora não saíram do papel, os estudos de inventário do rio Machado realizados na década de 1980 têm orientado a elaboração de projetos e a execução, sem maior alarde, de barragens de menor porte, que se multiplicaram em Rondônia a partir dos anos 1990. Um levantamento realizado pelo IBAMA em 2003 identificou vinte e quatro pequenas centrais hidrelétricas

(PCHs)^{vi} em Rondônia, sendo que doze estavam em operação, nove em fase de instalação e três em fase de licença prévia (IBAMA, 2003, 1). Em 30 de julho de 2010, três novas PCHs foram leiloadas: PCH Jamari (20 MW) e PCH Santa Cruz do Rio Negro (17 MW), no rio Jamari, e a PCH Canaã (17MW), no rio Canaã.

A experiência recente de barragens de pequeno porte instaladas em Rondônia coloca em questão a falsa idéia de que por serem menores, estas barragens não causem prejuízos e de que são, em todos os casos, uma alternativa viável para a geração de energia a um baixo custo ambiental e social. Ainda que em tamanho e potência muitas delas não se comparem às grandes barragens, estas hidrelétricas têm sido motivo de conflitos entre empreendedores e comunidades ameaçadas ou atingidas e causadoras de graves prejuízos sociais e ambientais.

Um dos principais focos de conflito^{vii} envolvendo pequenas barragens é a bacia do rio Branco, na Zona da Mata rondoniense, cujos rios foram tomados pelas PCHs Santa Luzia D'Oeste, Saldanha, Alta Floresta, Monte Belo, Rio Branco, Cachimbo e Ângelo Cassol. Pequenos agricultores e indígenas da T.I. Rio Branco são os principais atingidos e desde 1991 tentam, pela via jurídica, garantir algum tipo de compensação pelos prejuízos que vêm sofrendo.

Alguns afluentes do Rio Branco, como o Igarapé Jacaré, praticamente não existem mais, pois foram transpostos para garantir o volume d'água necessário para manter as turbinas de algumas das hidrelétricas funcionando. Certos trechos do Rio Branco ficam completamente secos durante a estiagem e na época de chuvas não há qualquer controle da operação dos reservatórios, de modo que as comunidades são surpreendidas pela repentina cheia do rio, resultante da abertura das comportas. O ciclo de reprodução de espécies aquáticas foi comprometido e muitos animais morrem por causa da irregularidade do regime do rio. Há denúncias de que uma criança faleceu por falta de atendimento médico, já que não foi possível cruzar o rio, que estava seco, para buscar socorro.

A percepção positiva acerca das pequenas barragens fez com que só depois de já construídas os movimentos sociais e as entidades de apoio passassem a percebê-las como um grave problema social e ambiental. Ainda hoje, as comunidades atingidas enfrentam dificuldades para buscar soluções para o passivo deixado pelas barragens construídas e dar visibilidade pública às pequenas barragens como causadoras de graves prejuízos sociais e ambientais.

3. Da pilhagem do rio Madeira e seus desdobramentos

As UHEs em fase de instalação no rio Madeira tornaram-se, no discurso oficial e setorial, sinônimo de oferta de energia a preço competitivo com lucratividade garantida tanto para as etapas de construção como de operação. Rentabilidade, segurança jurídica e equacionamento social^{viii}, eis o modelo que vai se impondo a partir das UHEs de Santo Antônio e Jirau, para a implementação de megahidrelétricas em série na Amazônia brasileira e internacional. Modelo construído habilmente pelo lobby hidrelétrico composto por uma plêiade de associações de concessionárias, distribuidoras, grandes consumidores, além de parlamentares, dirigentes de estatais e Ministros de ocasião. Por isso não faltou máximo apoio operacional das subsidiárias da Eletrobrás, no caso Furnas, Eletrosul e Chesf, no sentido de socializar suas informações, sua expertise além de suas relações institucionais acumuladas tanto para a Odebrecht como para a Suez que lideram os Consórcios titulares das concessões da UHEs de Santo Antônio e Jirau, respectivamente.

Também por isso não faltou flexibilidade do IBAMA, da ANA e da ANEEL no sentido de rebaixar exigências legais e de afrouxar a devida fiscalização sobre as empresas concessionárias. O meio ambiente e a população local é que devem se ajustar ao lugar que lhes foi previamente conferido no negócio, um licenciamento às avessas, um perene regime de exceção em nome do “fornecimento de energia para o Brasil” do “combate ao apagão”. Enfim farto financiamento público, via BNDES, cobrindo de 70 a 80% do total dos investimentos, com as menores taxas de juros disponíveis. O BNDES, munido majoritariamente com recursos dos trabalhadores brasileiros, não deveria contribuir para torná-los objetos passivos das estratégias locacionais dos grandes conglomerados empresariais.

Fundos públicos, em um país formalmente democrático, não poderiam subsidiar irrestritamente a acumulação privada, sem mais delongas, ou mediações nacionais ou regionais. O protagonismo dos grandes conglomerados privados nos setores de infraestrutura(energia, transportes e comunicações) reforça a função subsidiária que o Brasil vem tendo no mercado mundial como fornecedor de commodities e semimanufaturados.

A maior parte dos recursos públicos está sendo disponibilizada para incrementar os fluxos destes produtos, o que contribui para a cristalização de nossas vantagens comparativas estáticas, baseadas na escala de extração e exportação, o que tem sido chamado de “especialização regressiva”. Menor margem, portanto, para reversões de

modelo e para processos de socialização e disputa pelo poder. A produção e disponibilização de energia não é aleatória, energia é basicamente força produtiva-destrutiva, portanto força remodeladora e direcionadora. O modelo energético reproduz de forma intensificada, a natureza concentradora do modelo econômico que impulsiona.

A idéia originária dos grandes projetos hidrelétricos como investimentos de longa maturação e com caráter estruturante, caduca frente à adoção do modelo de “project finances”^{ix}. Trata-se de um sistema que a própria obra precisa oferecer condições e garantias de seu financiamento, o que quer dizer que o retorno financeiro da mesma precisa ser máximo e obtido no mínimo prazo possível. Para além da construção desta ou daquela hidrelétrica- visto que nenhum gargalo de fornecimento energético pode ser concebido em abstrato- o que importa para o núcleo duro do bloco de poder no país, é a consolidação de um marco regulatório confiável, que consolide a participação do setor privado na expansão do parque de geração de energia elétrica no país e no continente. Por isso os investidores exigem garantias de construção e de desempenho, ou seja a convalidação do desapossamento objetivo e subjetivo da região do alto Madeira. Qual pode ser o alcance do licenciamento ambiental e do planejamento urbano e regional depois de tal pactuação senão uma série de medidas para o público enquanto os órgãos das três esferas(União, Estado de Rondônia e Prefeitura de Porto Velho) tratam de internalizar os intocáveis requisitos contratuais dos concessionários privados?

3.1 Das oportunidades às expropriações

Em adição à história universal da infâmia, Messias Franco, presidente do IBAMA, em recente evento organizado na UNB, cunhou o que em sua avaliação deveria passar a ser, a seu ver, a definição da população afetada por empreendimentos hidrelétricos: “os oportunizados por barragens”. Ao evocar a “missão civilizatória” dos grandes projetos, Messias talvez queira justificar o esmero com que aferrou o IBAMA às expectativas dos investidores interessados neles. Seria muito conveniente que o presidente do IBAMA fizesse a mesma preleção sobre a extensão dos benefícios da “civilização” para os milhares de atingidos por barragens no país, em sua maioria sequer reconhecidos pelo Governo e pelas empresas responsáveis pelos danos que lhes foram infligidos.

Dilata-se ainda mais o passivo social e ambiental realmente existente no país com a instalação das Usinas no rio Madeira. Ignorada a forma de ocupação molecular de

suas barrancas, a partir dos estudos ambientais e, depois, nas licenças advindas, passou a vigorar uma política oficial de erradicação das comunidades ribeirinhas e de seus territórios tradicionais. A primeira dessas comunidades foi Engenho Velho, situada na margem esquerda do rio Madeira, logo abaixo daquela que era então a Cachoeira de Santo Antônio. A Agrovila para a qual foram transferidos as famílias iniciais, designada pelo Consórcio SAESA como “Novo Engenho Velho”, foi instalada em terreno impróprio para a agricultura, sem acesso direto ao rio e com um arranjo residencial e espacial absolutamente estranho às originais formas de reprodução sócio cultural da comunidade. Mesmo futuro teve a Vila de Teotônio, tradicional reduto de pescadores artesanais e comerciais, situada às margens do ressoante tombo de Teotônio, em cuja parte anterior se concentravam grandes cardumes em deslocamento. Deslocados para a terra firme, as famílias que optaram pelo reassentamento, aguardam seu traslado para a Agrovila de “Nova Teotônio”. Na zona inundável pela UHE de Jirau, cerca de 500 famílias de Mutum-Paraná estão sendo transferidas (dezembro de 2010) para o distrito urbano-Industrial do Consórcio ESBR batizado de “Nova Mutum”, onde viverão junto com os funcionários das obras, na própria base logística do empreendimento.

O que fica patente quando se avalia o arranjo, a infra-estrutura social e o padrão de construção das moradias é a inviabilidade econômica e sócio-cultural desses nucleamentos. Muitas famílias já estão sendo (re)transferidas para assentamentos rurais coletivos, improvisados às pressas, como já acontece na natimorta Agrovila de Novo Engenho Velho. Um grupo de pesquisa e extensão do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Rondônia, em conjunto com o Movimento de Atingidos por Barragens(RO), verificou nesta mesma Agrovila, ao longo de 2009, que a estrutura das residências era de duvidosa durabilidade, muitas delas apresentando rachaduras após 4 meses de entrega. No caso de Nova Mutum, o Consórcio ESBR é atendido por uma “fábrica de casas”, a BS Construtora. Em sua publicidade institucional a BS anuncia que seu “sistema de fabricação de casas pré-fabricadas é um dos serviços mais populares da empresa, que rendeu prêmios e certificações pelo método inovador. Tudo para garantir mais agilidade desde o início do processo, contribuindo assim com a redução dos custos para o cliente.”^x

Os ex-“beiradeiros” são obrigados a auto-mutilar sua identidade para entender a evolução e a melhoria de suas novas moradias. Antes viviam em “habitações precárias”, aduzem os Consórcio. A forma peculiar e sofisticada dessas comunidades se valerem de seu meio ambiente imediato, com seus ciclos e variações, passa a ser

classificada como “socialmente degradante”. Os ribeirinhos do Madeira vão sendo reinventados à sua revelia. Da invisibilidade em que viviam- que paradoxalmente produziu autonomia provinda da multivariada economia da várzea amazônica- alcançam uma visibilidade premeditadamente rebaixadora e empobrecedora.

Até o primeiro trimestre de 2011, outras centenas de famílias (cerca de 3 mil pessoas) serão deslocadas mediante novas realocações programadas ou indenizações ou cartas de crédito. Frente a esse padrão de reassentamento oferecido, com casas descartáveis e o flagrante descompromisso dos Consórcios com a recomposição das anteriores fontes de renda ou com a criação de novas fontes equivalentes, grande parte tem preferido a última opção. Tal qual um programa de demissão voluntária, um programa de abdicação do sentimento de pertencimento^{xi}. O que deveria ser exceção tornou-se regra, em termos da condução formal do deslocamento compulsório, no decorrer da instalação das UHEs no rio Madeira. Modos de vida amazônicos singulares não deveriam ser levemente contabilizados e sim protegidos e sustentados por políticas públicas que reconhecessem e valorizassem as múltiplas abordagens coletivas no trato do espaço e do tempo. A indenização exclusivamente monetária é uma amortização sumária das obrigações dos Consórcios junto à população atingida, agora entregue à própria sorte em novas frentes irregulares de ocupação urbana e rural.

Essa é a “oportunidade” oferecida pelas barragens: a despossessão brutal e legal a serviço do avanço da fronteira extensiva de acumulação. O negócio barrageiro, que transforma um bens de uso comum em direitos monopolistas de apropriação e desfiguramento, só poderia ser especialista nisso. Os Projetos Básicos Ambientais das duas UHEs, são tributos simbólicos dos saqueadores às suas vítimas, uma simulação de pactação entre o empreendimento, o meio ambiente e as população locais. Um conjunto de averbações com fito anestésico e legitimador para que se processe a sintetização do rio Madeira e tudo o que lhe rodeia. Não há nenhum programa em execução que garanta o monitoramento da “reinserção social” do deslocado. Testemunhos de familiares dos primeiros indenizados, das Comunidades de São Domingos e de Teotônio, dão conta de casos de profunda desestruturação pessoal e familiar, com aumento de casos depressão, alcoolismo e doenças crônicas.

3.2 A gangrena do rio

A população ribeirinha, rural e urbana, situada a jusante já sofre as primeiras conseqüências do início das obras no alto Madeira. A interdição física e regulamentar

da pesca no entorno dos canteiros, que era justamente a área mais piscosa, alterou a distribuição dos pescadores remanescentes rio abaixo. Ocorreu também uma variação perceptível no perfil da captura, com menor presença das espécies com ciclos migratórias de larga distância.

Não deveria ter sido condição incontornável para o licenciamento dessas usinas a comprovação do não comprometimento da riquíssima cadeia de ictiofauna presente no rio Madeira, que é fonte de alimentação e renda de centenas comunidades camponesas, indígenas e ribeirinhas no Brasil e na Bolívia? Que viabilidade pode atestar uma Licença prévia que deixa a cargo dos concessionários a elaboração de um plano para “otimizar a vazão”^{xii} do rio e depois monitorar o resultados? Os canais do sistema de transposição de peixes das duas UHEs do Madeira foram projetados no escuro, não houve e até agora não há patamar quantitativo e qualitativo a alcançar, salvaguarda nenhuma quer dizer.

Já na construção das ensecadeiras de Santo Antônio, entre novembro de 2008 e janeiro de 2009, toneladas de peixe vieram a tona. A multa do IBAMA, protocolar e percentual, de acordo com os dados de mortandade admitidos pelo próprio Consórcio SAESA, serviu de figuração para esconder o desastre socioambiental que se engatilha. Na comunidade de São Sebastião, localizada logo abaixo da antiga cachoeira de Santo Antônio, ribeirinhos aposentados compulsória e perenemente de sua condição agroextrativista polivalente, foram recrutados às pressas para o resgate superficial dos cardumes encurralados. Além das 11 toneladas registradas, “muito mais morreu”, nos disseram os recrutados a boca miúda. O Consórcio SAESA atribuiu o fato à imprevistas mudanças abruptas de temperatura d’água, o que classificou como “fatores não controláveis”.

O que pode e deve ser considerado como “controlável” pelos Consórcios são os custos pré-fixados que determinaram a rentabilidade dos projetos financeiros das duas UHEs. Pisos rebaixados e intransponíveis para a população e o meio ambiente e tetos ilimitados para os ganhos privados. Nessa ótica, mão-de-obra eficiente e de baixo custo seria necessariamente um fator controlável. O Consórcio SAESA informa que durante o pico de suas obras, em 2011, irá requerer 12 mil postos de trabalho diretos e 35 mil indiretos, boa parte passando pelo seu festejado programa de qualificação continuada “Acreditar”. A Odebrecht procurou formar uma base disciplinada no canteiro através de treinamentos de curto prazo de mão-de-obra recrutada localmente, despossuída de parâmetros de obras em outras regiões. No

entanto, as funções que exigem requisitos técnicos e de experiência em grande parte não foram preenchidas localmente. Além disso, a busca dos menores custos e nos menores prazos, implica em terceirizações seqüenciais de funções específicas em cada etapa da obra. O conjunto da força de trabalho, como de hábito nas frentes de expansão, vai se compondo partir de um mercado de trabalho flutuante, com uma grande proporção de mão-de-obra itinerante e precarizada.

Repetidos acidentes nos canteiros de Santo Antônio e de Jirau, muitos deles graves ou fatais indicam casos isolados ou imprudência deliberada do custo de oportunidade de não adotar padrões mínimos de segurança e de condições dignas de trabalho? O que dizer da pressão baixista dos salários e dos direitos sociais para acomodar os valores pré-fixados pelos investidores?

As obras de construção civil em si são tão opacas como o projeto das Usinas como um todo. O que não se pôde ser mostrado antes, não pode ser mostrado nem durante nem depois. O esforço no sentido da aprovação e regulamentação sumária do projeto das barragens se dá na ordem inversa com relação ao atendimento de requisitos de segurança a para a cidade de Porto Velho e para os trabalhadores da obra.

3.3 Da concessão à cessão: território empresarial do Madeira

Uma concessão que só poderia ser delegação sob condição, tornou-se efetivamente uma cessão incondicional de poderes, cessão territorial inclusive. Estamos diante de uma transferência de um grande bloco de riqueza temporal(35 anos) e espacial(além dos reservatórios e entornos, as concessionárias controlarão o fluxo da bacia de um dos maiores afluentes amazônicos). Trocam-se de tal modo os papéis e funções entre licenciadores e empreendedores que já não se distinguem. Ao final, tem-se um bloco de poder inter-escalar móvel, descolado e desaforado que é resultante das alianças entre segmentos de conglomerados em competição e burocracias políticas capturáveis.

Com todas as prerrogativas dadas de antemão, os consórcios iniciam sua territorialização de mão única, o que conceitualmente poderíamos representar como um processo similar o que acontece com o avanço homogeneizador do agronegócio como “a territorialização do monopólio e a monopolização do território” no campo brasileiro (OLIVEIRA, p. 43, 2004). A região vai se convertendo em uma zona econômica especial gerida por cadeias produtivas eletrointensivas e instituições

financeiras conexas. Exogenia que é realçada pela condição fronteira do empreendimento, em termos espaciais (fronteira de ocupação oeste da Amazônia) e em termos econômicos (fronteira elétrica, mineral, agrícola).

O modelo pró-investimentos em aplicação nas UHEs de Santo Antônio e Jirau culmina na proposição de venda de 100% da energia gerada antes dos prazos previstos contratualmente (dezembro de 2012 e março de 2013, respectivamente), ou seja, a taxa de retorno depende fundamentalmente da antecipação da geração. Os dois consórcios pretendem por isso antecipar a operação em até 11 meses e contam com a benevolência da ANEEL e do MME para tanto. A velocidade de execução das obras tornou-se uma variável crucial para a viabilidade econômica dos empreendimentos, na contramão das precauções e garantias sociais e ambientais. Alucinados cronogramas de execução das obras são a contraparte da ausência de cronogramas físico-financeiros dos programas de compensação e de mitigação, da mais completa negligência para com a população que vive ao longo do rio Madeira.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, A.W.B. Refugiados do desenvolvimento: os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia da modernização. *Travessia: Revista do Migrante*. São Paulo, Maio-Agosto, 1996.

ARAUJO, Rubens M. PAULA, André S. de, SEVA, O “*A eletricidade gerada em Tucuruí: para onde? Para que?*” pp.135-144 de SEVA Fo. A.Oswaldo (org.), 2005.

BERMANN, Célio, WITMANN, D., DEL MORAL H. ,F., e RODRIGUES, L.A. “*Usinas hidrelétricas na Amazônia – o futuro sob as águas*” apresentado no Seminário “Políticas Públicas e obras de infra-estrutura na Amazônia: Cenários e desafios para a governança socioambiental” Amigos da Terra Amazônia Brasileira, Bank Information Center, Instituto de Estudos Sociais e Economicos, Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais e Grupo de Trabalho Amazônico (orgs) , Brasília, maio de 2010.

GARZON, L.F. Nova. “Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos” pp. 71-100 in “Capitalismo globalizado e recursos naturais” In: Alfredo Wagner de Almeida; Andrea Zhouri; Carlos Brandão; Henri Acselrad; (et al.) 1ª ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010.

MORET , Artur “*Biomassa florestal, petróleo e processo de eletrificação em Rondônia*” Tese de Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos, Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, SP, 2000.

NOBREGA, Renata da S. Contra as ‘invasões bárbaras’, a humanidade. A luta dos Arara (Karo) e dos Gavião (Ikólóéhj) contra os projetos hidrelétricos do Rio Machado, em Rondônia. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Campinas: UNICAMP, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, O Campo no Século XXI, Editora Casa Amarela, São Paulo, 2004

SANTOS, L. e ANDRADE, L. (orgs.) “*As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*” Comissão Pró - Índio de São Paulo, São Paulo, 1988.

SEVA Fo. A. Oswaldo (org.) “*Tenotã Mõ. Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu*” editor Glenn SWITKES, IRN – International Rivers Network, 2005 ISBN 85-99214-01-2 , São Paulo: 2005. (arquivo disponível em www.fem.unicamp.br/~seva)

SEVA, Oswaldo 2008 “*Estranhas catedrais . Notas sobre o capital hidrelétrico, a Natureza e a Sociedade*”, in revista *Ciência e Cultura* SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v.60 n.3 julho-setembro de 2008. (arquivo disponível em www.fem.unicamp.br/~seva)

ⁱ Alfredo Wagner de Almeida registrou o termo “refugiados do desenvolvimento” para tratar da situação das comunidades ameaçadas por intervenções desenvolvimentistas no Brasil (ALMEIDA, 1996).

ⁱⁱ Na tarde de 30 de novembro de 2010, uma imponente comitiva presidencial, incluindo o então presidente Lula e a nova presidente eleita, inaugurou uma das longas “novelas” da economia nacional: a eclusa de Tucuruí, para permitir a navegação fluvial de cargas entre Belém e as regiões de Marabá, PA, e Imperatriz, MA. A eclusa, a maior das poucas existentes no país, foi construída, como aliás toda a usina, pela empresa Camargo Correa – e que foi a segunda maior contribuinte da campanha eleitoral da candidata vitoriosa em 2010, com a contribuição de 8,5 milhões de reais. (ref.: O Estado de São Paulo, 01.12.2010)

ⁱⁱⁱ Há que se destacar que a experiência prévia dos atingidos pela Usina Itaipu que se deslocaram para Rondônia, colaborou com a luta anti-barragem dos ameaçados pelos projetos hidrelétricos do rio Machado, mais tarde.

^{iv} Sobre a mobilização dos povos Arara e Gavião contra os projetos hidrelétricos do rio Machado, consultar NOBREGA, 2009.

^v Embora se reconheça que só o recém-criado esteja “diretamente” ameaçado por este projeto, outras áreas de proteção também estão ameaçadas. São elas: a Terra Indígena Tenharim-Marmelos, a Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto, a Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, a Floresta Estadual de Desenvolvimento Sustentável Rio Machado, e a Área Prioritária de Conservação Calha do Rio Madeira.

^{vi} De acordo com a Resolução Nº. 652 da ANEEL, de 9 de dezembro de 2003, uma PCH se caracteriza por um aproveitamento hidrelétrico com potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, com área de reservatório inferior a 3 km².

^{vii} Em 2008, a PCH Apertadinho, no rio Comemoração, provocou grave desastre ambiental ao romper antes mesmo de ser inaugurada. Cerca de duzentas famílias ainda aguardam compensação pelos danos sofridos. A PCH 12 de Outubro, em Vilhena, atinge os Nambiquaras. Já a PCH Cascata Chupinguaia, no rio Pimenta Bueno, foi construída a menos de um quilômetro da Terra Indígena Tubarão Latundê e tem causado, entre os indígenas, preocupação quanto aos prejuízos ambientais e sociais e indignação quanto ao não reconhecimento de seus direitos no processo de licenciamento ambiental. A PCH 12 de Outubro, em Vilhena, atinge os Nambiquaras.

viii “Vamos implementar um modelo de usina hidrelétrica totalmente inovador, no qual provaremos que o retorno financeiro, o respeito ao meio ambiente e a consciência social podem e devem andar de mãos dadas nos projetos de infra-estrutura de grande porte, tão necessários para o crescimento da nossa economia, capitaneado pelo PAC.” Irineu Meireles, Diretor-Presidente do Consórcio Santo Antônio Energia em discurso na solenidade de assinatura do contrato de concessão da UHE de Santo Antônio em 12 de junho de 2008, apud in “Santo Antonio, um projeto de todos os brasileiros” Odebrecht Informa on line, disponível em <http://www.odebrechtonline.com.br/materias/01501-01600/1559/>

ix No modelo de project finance, é a performance do projeto que determina a viabilidade financeira, daí sua inadequação em se tratando de grandes projetos de infra-estrutura que têm profundos efeitos remodeladores de nossa economia e território. O retorno financeiro garantido do projeto é o que importa, suas repercussões para o desenvolvimento do país ou região seriam apenas “efeitos colaterais desejáveis”.(GARZON, L.F. Nova, 2010)

x Disponível em: <http://www.bsconstrutora.com.br/tecnologia.aspx>

xi Cerceados pela contagem regressiva do despejo, cerca de 85% dos afetados submeteram-se ao instrumento da indenização ou da carta de crédito, proporção averiguada pelo próprio IBAMA no Parecer nº 029/2010. COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, p.11.

xii Condicionante 2.3, Licença Prévia nº 251/2007